

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FORTE : Jornal de Brasília

CLASS. : 132

DATA : 13.9.85

PG. : _____

4468
**Sertanistas acusam
127 alvarás ilegais**

Com autorização da Funai, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), concedeu 127 alvarás de pesquisa de minério em área indígena, atingindo 18 grupos diferentes em toda a Amazônia, do Maranhão a Roraima.

A denúncia foi feita, ontem pelos sertanistas Cláudio Romero, Ezequias Heringer, Porfírio de Carvalho e Odenir Pinto de Oliveira, todos demitidos da Funai pelo novo presidente, Alvaro Villas-Boas. A decisão de liberar as áreas indígenas para as empresas de mineração foi divulgada no Diário Oficial que circulou na última quarta-feira.

Na nota distribuída pelos sertanistas, eles afirmam que os processos liberatórios "tinham sido anteriormente indeferidos pela Funai e agora, na administração de Alvaro Villas-Boas, foram reconsiderados, demonstrando quais as intenções da nova administração na defesa dos interesses econômicos e em detrimento do cumprimento das leis de proteção às comunidades indígenas".

"Coincidentemente — continua a nota — a autorização do esbulho ao patrimônio indígena ocorre no mesmo momento em que são demitidos 23 indigenistas dos quadros da Funai, pessoas que sempre assumiram as reivindicações dos índios e a defesa de seus territórios. O autoritarismo do ato de demissão escondeu os reais interesses não só do lobby existente na Funai em defesa das mineradoras, como também do próprio Ministério do Interior que vem se posicionando ostensivamente a favor dos grupos

econômicos interessados nas áreas indígenas".

Grupos atingidos

O grupo indígena mais prejudicado com a medida foi a confederação waimiri-atroari, de Roraima. Lá, as subsidiárias da empresa Parapanema receberam 39 alvarás. Os minérios encontrados no território waimiri são chumbo, zinco, cobre e molibidênio. Os yanomami, última grande nação primitiva do mundo, também foram atingidos pela decisão.

Na área yanomami, a empresa Companhia de Desenvolvimento de Roraima (Codesaima), foi autorizada a pesquisar ouro, prata, zinco, cobre, carvão, rutilho e potássio. A área indígena dos xikrin, no rio Cateté, já demarcada pela Funai, será explorada pela empresa Jatapu, também subsidiária da Parapanema, de Otávio Lacombe.

A medida atingiu grupo que jamais teve qualquer contato com a sociedade nacional, como os karafaiãna, da região de Nhamundá-Mapuera, no Pará. O Parque Indígena do Aripuanã, onde vivem suruis e cintalargas, áreas já demarcadas pela Funai com recursos do Banco Mundial, também foram afetadas pelos alvarás.

Esses pedidos de pesquisa de minério em área indígena foram indeferidos em junho passado pelo Departamento de Patrimônio Indígena, cujo diretor, Aureo Faleiros, também foi afastado do cargo pelo novo presidente da Funai. Diante dessa situação, os sertanistas alertam para o risco que correm "todos os povos indígenas", solicitando a imediata revogação das portarias.